

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALESSANDRA TAVARES DA SILVA

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA:  
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ESCOLA**

APARECIDA DE GOIÂNIA  
2021



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

#### **Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |                                                                      |                                                         |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese                                        | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |                                                         |

Nome Completo do Autor: Alessandra Tavares da Silva

Matrícula: 20171090080186

Título do Trabalho: O processo de Constituição da Identidade Negra: Reflexões Sobre o Papel da Escola

#### **Autorização - Marque uma das opções**

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.  
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.  
☐ Outra justificativa: \_\_\_\_\_

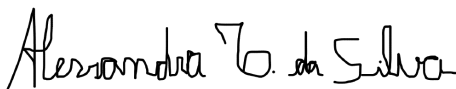
#### **DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
Local Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**



---

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ALESSANDRA TAVARES DA SILVA

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA:  
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licencianda em Pedagogia Bilíngue. Orientadora: Profa. Dra. Aleir Ferraz Tenório

APARECIDA DE GOIÂNIA

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S586 Silva, Alessandra Tavares da.  
O processo de constituição da identidade negra: reflexões sobre o papel da escola. / Alessandra Tavares da Silva. - Aparecida de Goiânia, 2021.  
45 f.

Orientador: Dra. Aleir Ferraz Tenório.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2021.

1. Educação. 2. Escola. 3. Identidade Negra. I. Título.

CDD 370

Catalogação na publicação:  
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – CRB 1/2746



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

### **Termo de Aprovação**

ALESSANDRA TAVARES

## **O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Aleir Ferraz Tenório.

Aprovado em 04 de setembro de 2021.

### **BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Aleir Ferraz Tenório**

Presidente da banca / Orientador(a)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga

Membro interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Wellington Cardoso de Oliveira

Membro interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Aparecida de Goiânia – GO

Documento assinado eletronicamente por:

- **Aleir Ferraz Tenorio**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/09/2021 14:53:09.
- **Keith Daiani da Silva Braga**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/09/2021 14:59:50.
- **Wellington Cardoso de Oliveira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/09/2021 15:21:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 190692

**Código de Autenticação:** 10df51e824



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755  
(62) 3507-5958 (ramal: 5985)

## **RESUMO**

Este trabalho aponta reflexões sobre o papel e a importância da escola na constituição de uma identidade positiva por parte das pessoas negras. Reflete sobre relações raciais no Brasil, busca compreender como se deu, em nosso país, a constituição da Identidade negra, para a partir de estudiosos importantes como MUNANGA (2019), SANTOS (1983), GOMES (2017), FANON (1983) GOMES (2005) CAVALLEIRO (2005), GONÇALVES (2004), refletir de forma mais pormenorizada, o papel que a escola exerce, sobre a constituição da identidade das pessoas negras. Isto porque, os negros no Brasil passam por diversos tipos de preconceitos. Sofrem racismo, discriminação e suas identidades têm sido negadas a todo tempo. A Escola é considerada pelos autores e autoras pesquisados como um espaço de aprendizagem, de reprodução, de privilégios e que ao mesmo tempo pode segregar e excluir principalmente o sujeito negro. Quatrocentos anos já se passaram e os estigmas sobre a pessoa do negro ainda estão presentes e forte no nosso meio e a escola pode e deve contribuir com a construção de identidades negras positivas. Vimos que o seu papel na constituição da identidade positiva das pessoas negras segundo os e as autoras pesquisadas, aponta para uma rotina escolar marcada por preconceito, racismo e continuidade de práticas discriminatórias contra as pessoas negras e, logo, negação de suas identidades. Tais práticas, embora explícitas, são pouco debatidos pelos e pelas profissionais da educação e pela escola enquanto instituição educacional. O silêncio escolar de acordo com os e as autoras estudadas é opressor e excludente. Longe de encerrar a discussão da temática proposta neste trabalho, compreendemos a importância de continuar este debate e reflexão.

**Palavras-chave:** 1. Educação; 2. Escola; 3. Identidade Negra.



## **ABSTRACT**

This work points to reflections on the role and importance of the school in the constitution of a positive identity on the part of black people. Reflects on racial relations in Brazil, seeks to understand how a constitution of black identity took place in our country, from important scholars such as MURANGA (2019), SANTOS (1983), GOMES (2017), FANON (1983) GOMES (2005) CAVALLEIRO (2005), GONÇALVES (2004), reflect in more detail, the role that the school plays, on the constitution of the identity of black people. This is because black people in Brazil go through different types of prejudice. They suffer from racism, discrimination and their identities have been denied all along. The School is considered by the authors and authors surveyed as a space for learning, reproduction, and privileges, which at the same time can segregate and exclude mainly the black subject. Four hundred years have passed and the stigmas about the person of black people are still present and our environment and school are strong and can and should contribute to the construction of positive black identities. We saw that their role in constituting the positive identity of black people according to and as authors surveyed, points to a school routine marked by prejudice, racism and continuity of discriminatory practices against black people and, therefore, denial of their identities. Such practices, although explicit, are little debated by and by education professionals and by the school as an educational institution. School silence according to the authors studied is oppressive and excluding. Far from ending the discussion of the theme proposed in this work, we understand the importance of continuing this debate and reflection.

**Keywords:** 1. Education; 2. School; 3. Black Identity.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por tudo que vem me abençoando.

A minha família, em especial minha mãe que sempre me incentivou a voltar a estudar e minha irmã Aleilde pelo apoio incondicional.

Aos meus professores pela dedicação e compromisso para com os discentes em formação e com a sociedade prestando um excelente de trabalho, uma educação pública e de qualidade.

## SUMÁRIO

|                                                                                      |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                      | 8  |
| 1. As Relações raciais no Brasil.....                                                | 12 |
| 2. A Constituição da Identidade Negra.....                                           | 24 |
| 3. O Papel da Escola na constituição da identidade positiva das pessoas negras ..... | 30 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                           | 42 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                    | 44 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre o papel e a importância da escola na constituição de uma identidade positiva por parte das pessoas negras e para isto irá, a partir de importantes teóricos estudiosos do tema tais como: MUNANGA (2019), SANTOS (1983), GOMES (2017), FANON (1983) GOMES (2005) CAVALLEIRO (2005), GONÇALVES (2004) refletir sobre as relações raciais no Brasil, compreender como se deu, no nosso país a constituição da Identidade negra e discutir, a partir destes mesmos estudiosos, o papel que a escola exerce, sobre a constituição da identidade das pessoas negras.

O Brasil é um país miscigenado e a maioria da população é negra: “todo brasileiro é mestiço, quando não é no sangue é nas ideias (MUNANGA ,2019, p.55).” No entanto, sempre vivemos e convivemos com sentimentos velados de discriminação e preconceito. Eles aparecem em várias esferas da sociedade e tem se tornado cada vez mais explícito em nosso meio, trazendo sentimentos de superioridade por parte de alguns e inferioridade por parte de outros.

As pessoas negras por vez têm, sua história marcada por lutas e até hoje trava-se a mesma luta: a de obter reconhecimento e não ter a cor da sua pele relacionada a algo negativo, e de ser respeitado com todos os direitos que um indivíduo deve ter. Apesar de ouvirmos que somos todos iguais, o negro parece ter ganhado apenas a liberdade e nada mais lhes foram concedidos.

Após terem ganho a liberdade, os e as negras perceberam que haveriam de travar uma segunda luta. Viram-se como ex-escravos e ex-escravas, porém, como os olhares de preconceito e racismo que permeava com fervor e conduzia a sociedade brasileira no pós-abolição os e as negras com rapidez não só perceberam que precisariam criar novos meios para melhorar a sua posição social e conseguir uma mobilidade visando assim vencer a condição de separados ou miseráveis (Santos, 2005 Apud Fernandes, 1978).

Acreditamos que as instituições educacionais podem fazer um trabalho mais efetivo não só com os discentes, mas com todo o corpo docente referente a história dos e das escravizadas e não dos escravos que estão nos livros didáticos. As mesmas precisam sair da educação que reproduz a desigualdade social. Os e as educadoras das disciplinas de história e cultura afro-brasileiras e não apenas estas,

mas todas as outras, precisam avançar para além daquilo que trazem os livros didáticos sobre a cultura africana. A partir de um ensino esclarecedor, é possível contribuir na construção de uma identidade negra liberta de um passado escravista que perpetua até hoje e construir uma imagem positiva dos povos afro-brasileiros.

O meu interesse com este assunto está relacionado minha história pessoal e de vida. Concluí o ensino médio no ano de 1993, aos anos 18 de idade. Trazia comigo muitos sonhos e um deles era entrar na faculdade. Passei por vários tipos de preconceitos na escola e na vida. No qual só vim conhecê-los e percebê-los após aos 40 anos quando ingressei na comunidade acadêmica. Sempre ouvi da minha mãe falar "você tem que voltar a estudar". Mas, como não muito diferente de outros jovens negros e de família considerada classe média baixa, precisei migrar para outra cidade. Mudei-me para outro estado indo em busca dos meus sonhos e de novas oportunidades. Infelizmente, os estudos ficaram para depois, pois o trabalho tornou-se prioridade, uma vez que o que eu ganhava supria apenas as necessidades básicas e nunca sobrava para pagar um curso ou uma faculdade.

Após os 40 anos de idade, consegui entrar numa faculdade e pude compreender vários processos que passei durante a minha trajetória escolar e na minha vida pessoal.

Não posso deixar de falar da importância das políticas públicas reparadoras voltadas ao atendimento das pessoas negras. Não são privilégios, mas sim uma reparação social de muita exclusão sofrida pelos negros. Através delas abriu-se as portas para a realização de muitos sonhos de muitos jovens como eu, que era entrar numa faculdade para conseguir um emprego melhor. Hoje penso diferente. Entrar na faculdade não só para conseguir um emprego melhor, o que vier será consequência. Vejo o ensino superior como oportunidade de mudar não só a minha realidade como também a do outro e de contribuir para uma sociedade melhor para todos.

Em relação a metodologia de pesquisa, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, cuja a escolha da literatura se deu a partir de autores e autoras com larga experiência na discussão deste campo de estudos como: Kabengele Munanga (1971), doutor em Antropologia pela USP e professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma instituição e autor de vários trabalhos na área de Antropologia da População Negra Africana e Afro-Brasileira. Dele, utilizamos o livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade nacional versus identidade negra*.

Neusa Santos Souza (1983), outra autora que fundamentou nossas análises - psicanalista negra lacaniana bem-sucedida profissionalmente, contrariando as estatísticas e as dificuldades de sua origem pobre. Nascida na Bahia e radicada no Rio, Neusa exerceu a atividade como psicanalista concomitante à sua militância antirracista. Utilizamos o livro: *Tornar-se Negro: As vicissitudes da identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* (1983). Tal livro aborda sobre a vida emocional do negro a partir de relatos de vida, da negação do próprio eu e da própria identidade negra. Na psicologia, é considerada como a primeira referência no debate das questões raciais.

Outra autora que fundamentou nossa análise foi a professora Nilma Lino Gomes (2017), graduada em Pedagogia e mestra em Educação pela UFMG e Doutora em Antropologia Social-USP. Atualmente, é professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora do Programa de Ações Afirmativas na UFMG e desenvolve pesquisas nas áreas de: Educação e movimentos sociais, educação e Relações étnico-raciais e de gênero, formação de professores para a diversidade étnico-racial; etnografia e educação. Dela, utilizamos a produção teórica *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão que compõe a obra Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*.

Importante autora deste campo de estudo e que foi, também, consultada para fundamentar nosso estudo foi a professora Dra. Eliane dos Santos Cavalleiro com a obra: *Discriminação Racial e pluralismo em Escolas Públicas da Cidade de São Paulo* que compõe a mesma obra acima informada. Eliane dos Santos Cavalleiro é formada em Letras e Pedagogia, com especialização em Educação do Pré-escolar, mestra e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas nas áreas de socialização de populações afro descendentes. Atua em organizações não-governamentais discutindo a temática da Educação Para as Relações Étnico-raciais.

Esperamos que, com estas e estes autores e mais algumas e alguns outros que utilizamos para fundamentar nossa pesquisa, tenhamos contribuído para realizar um olhar diferenciado para a questão racial nas escolas. E que, com as reflexões que aqui foram feitas sobre a constituição da identidade negra e o papel da escola em construir identidades positivas possa contribuir para com a diminuição das práticas racistas. Práticas estas que estruturam a nossa sociedade e que a cada

dia deixa isso mais explícito e, desta forma, quem sabe, um dia nos engajemos, todos e todas, na construção de uma identidade negra positiva numa sociedade que tem sua história marcada por um passado escravocrata. E que a história de um passado que desde o início ensinou as pessoas negras a negarem-se a si mesmas seja enfrentado e se torne, realmente, passado.

Neste sentido, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro abordaremos sobre as Relações Raciais no Brasil, uma breve reflexão sobre a mesma e como estas se dão em nossa sociedade, bem como as marcas trazidas desde o processo histórico dos escravizados e que fazem parte da constituição do povo brasileiro. No segundo capítulo, falaremos da Constituição da Identidade negra. Nosso objetivo é fazer uma breve discussão sobre a trajetória do negro brasileiro, assim como as lutas travadas no processo de constituição de suas identidades. Processo longo e doloroso que reflete até hoje nos dias atuais. No terceiro capítulo, discutiremos sobre o papel da Escola na constituição da identidade positiva das pessoas negras. Traremos reflexões sobre a importância da instituição escolar na formação identitária do negro e como esta pode contribuir neste processo positiva ou negativamente. Após este capítulo, finalmente, traçamos algumas considerações finais a esta discussão apresentando dentre outras questões importantes ali trabalhadas a importância da escola como um local de múltiplas relações e por isso seu papel se torna tão importante no âmbito da formação humana emancipatória e social em geral e, especificamente, nesta discussão das pessoas negras.

## 1. As Relações raciais no Brasil

Neste primeiro capítulo buscaremos refletir sobre as relações raciais no Brasil e para tanto procuraremos abordar como elas se dão e como estão marcadas em nossa história e na constituição de nossa nacionalidade.

Para iniciarmos o nosso diálogo e refletirmos melhor sobre as questões raciais no Brasil, vamos relembrar o significado das palavras *racismo*, *preconceito racial*, *discriminação racial* e racismo estrutural. Como essas tem se perpetuado em nosso meio e em nossa sociedade. Palavras que, infelizmente, cada dia parece ganharem mais força. Precisamos não só conhecer os seus significados, mas combater aquilo que elas representam, para que as mesmas não continuem sendo reproduzidas.

Segundo Gomes (2005), ao falarmos sobre o racismo precisamos ter um olhar criterioso e cuidadoso quanto à questão racial. A autora define o racismo como “um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores” (GOMES, 2005, p.52). Ainda de acordo com a autora, o racismo provém do desejo de impelir uma única verdade.

O preconceito racial, “trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (GOMES, 2005 p.54). Segunda a autora, o pré-julgamento tem como peculiaridade a dureza, pois seu objetivo é a prevalência de sua verdade e refutar os fatos. Ele está inserido nas relações entre os seres humanos e carrega consigo a ideia que o sujeito tem de si e do outro. Para Gomes (2005), assim para como diversos outros autores aqui trabalhados, o preconceito é aprendido socialmente. “O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa” (GOMES, 2005, p.54).

Acerca da discriminação racial, o ato de discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir” (GOMES, 2005, p.55). Para Munanga (2010, p. 7) “[...] Discriminação, propriamente dita, é a negação da igualdade de tratamento aos diferentes, transformada em ação concreta ou comportamento observável.” Ele cita alguns exemplos de atos e atitudes discriminatórias: negar a hospedagem a uma pessoa negra num hotel; bloquear a mobilidade ou acesso a um cargo numa empresa a um negro, uma mulher, uma pessoa com deficiência; fechar a porta de



acesso a certas atividades profissionais por causa da aparência física da pessoa, entre outras.

O racismo estrutural em nosso país vem de um processo histórico e político. Segundo Almeida (2019), nós nos tornamos responsáveis para combatermos ao racismo e os racistas, quando compreendemos que o racismo é estrutural e não apenas atitudes separadas de um sujeito ou de grupos. Temos consciência de que ele faz parte da estrutura social do nosso país. Assim, ele não precisa ser intencional para acontecer, e o calar, o silenciar pode até não tornar o sujeito devidamente culpado, mas o torna mantenedor e responsável pela conservação do racismo. “A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de postura e da adoção de práticas antirracistas.” (ALMEIDA, 2019, p.34)

Para Gomes (2005), a maneira como as sociedades se constituíram e a forma como negros e brancos são tratados no Brasil, evidencia que, *raça* tem um meio de operar tanto na esfera cultural quanto na social. Se esse peso não existisse, as características físicas não existiriam até os dias atuais sendo usadas para classificar, discriminar e negar os direitos de negros e negras no Brasil.

Segundo Munanga (2010), as dessemelhanças constatadas por nós em relação aos outros, só corroboram com a adoção de práticas racistas discriminatórias e com o florescimento de vários tipos de preconceitos. Ao colocarmos as dessemelhanças como ponto de partida, estamos querendo fugir das confusões estabelecidas entre a noção de preconceito racial já existente em nosso meio e dos outros tipos de dessemelhanças. Ainda de acordo com o autor, as listas das dessemelhanças podem ser extensas e indefinidas e se apresentam com tal intensidade a depender da existência do preconceito nas sociedades. Porém não podemos aceitar o mesmo como algo natural: [...] são fenômenos culturais produzidos pela sociedade na qual eles têm uma certa função.” (MUNANGA, 2010,p.6).

Segundo Gomes (2005), o processo histórico de constituição da nação brasileira foi marcado por muita violência em decorrência do racismo e da desigualdade racial que desde sempre existira no país. Mesmo diante de tanta desigualdade social e barbáries cometidas contra os negros vindos da África, criou-se um falso discurso da existência de uma convivência harmoniosa entre negros e brancos no Brasil: o mito de vivermos uma democracia racial. Tal discurso desviou e

desvia, até hoje, o olhar da sociedade e do Estado para as práticas de racismo, preconceito e discriminação ao negro existente em nosso país.

Segundo Munanga (2019), essa falsa harmonia entre todos os sujeitos só concedeu às classes dominantes disfarçar as desigualdades existentes. Assim, fazendo com que os grupos não brancos fossem impedidos de entendimento da exclusão das quais sofrem até os dias atuais.

Neste sentido, Gomes (2005, p.57) conclui que:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais, uma situação de igualdade de oportunidades e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

Para a autora, se nos deixarmos sermos guiados por esse mito da democracia racial - de que todas as pessoas não brancas tiveram e têm as mesmas oportunidades iguais desde a construção do Brasil - estaremos sendo induzidos a acreditar que as desvantagens e desigualdades entre esses grupos raciais, como os negros e os indígenas, provêm da incapacidade dos mesmos.

Por tudo isso que, desde sempre, a questão racial é tema de grande relevância. Munanga (2019), aborda que, ao final do século XIX e início do século XX, a elite brasileira foi buscar nos cientistas europeus ocidentais - considerados como mais desenvolvidos - uma forma não só para teorizar e explicar as questões raciais do país, como também sugerir novos caminhos, para a construção da nossa nacionalidade, devido a grande diversidade do Brasil:

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também e sobretudo propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (MUNANGA, 2019, p. 53).

Isto porque, segundo o autor, essa multiplicidade racial que nasceu durante a colonização, era considerada não somente uma ameaça como uma obstrução ao

desenvolvimento do país por aqueles que eram considerados a elite brasileira. A partir de então, a raça transformou-se no centro das grandes discussões nacionais.

Segundo o autor, a questão diante da formação desse povo enquanto Brasil e nação para alguns intelectuais, seriam devido à mistura entre branco, negro e índio. Isto porque, no pensamento desta elite – defensora do determinismo biológico - havia uma grande diferença entre as três raças. Eles presumiam a inferioridade das raças não brancas e consideravam a mestiçagem uma degeneração.

Para Tenório (2009), lembrando estudos neste campo, a ideologia que ampliava os pensamentos da elite brasileira nos séculos XIX e XX em formar uma nação futuramente toda branca e superior foi dividida entre negros e mestiços e tal divisão propiciou a alienação no processo de desenvolvimento identitário do negro:

Os sonhos que povoaram o pensamento das elites, no período pós-abolição, de que em algumas décadas, por meio da mestiçagem, o Brasil se tornaria uma nação branca falhou. Todavia, no plano psicológico, esse ideal de branqueamento continua atuando, e é o responsável pela imagem depreciativa que alguns negros carregam consigo (TENÓRIO 2009, p.32).

Apesar dos sonhos de uma nação branca, por meio da mestiçagem ter sido frustrado, isto não foi impedimento para que a ideologia do branqueamento da raça avançasse até os dias atuais e tem colaborado com uma imagem negativa do negro e influenciado as relações sociais que se estabelecem em nossa sociedade, e continuam a demandar lugares menos privilegiados às pessoas negras.

Na obra pesquisada por Munanga, *O problema brasileiro*, de Alberto Torres, o autor conclui que, uma nação é constituída das pluralidades das raças e que a mesma não poderia ser vista como empecilho no processo de formação identitário do povo brasileiro.

Munanga (2019, p.64) registra:

Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea e isto não lhe impediu de formar uma nação, moral, política e socialmente (...). Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam "progredir e aperfeiçoar-se" isto não se deve a qualquer incapacidade inata, mas ao abandono "em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível".

Uma vez abandonados às margens da sociedade, esses sujeitos não tiveram nenhuma chance ou oportunidade de crescer como sujeito de direitos, de saberes e

de valores. Como uma nação a ser construída, o Brasil como outros países colonizados, como destaca Torres, citado por Mananga (2019), foi obrigado a construir a sua nacionalidade de forma artificial.

Por isso, compreender como seria essa população vinda da mistura entre brancos, negros e índios tornou-se de fundamental importância para alguns intelectuais. Para Alberto Torres autor já citado, a pluralidade racial não seria o maior problema da nação, mas uma contradição entre o que era real no país e os empréstimos vindos das antigas nações. Segundo Munanga (2019, p.64), citando-o: “A nação, pensa ele, é feita de diversidades raciais e culturais, contrariamente à ideia da nação como conjunto de tradições comuns”.

Para Gomes (2005), não há dúvida de que as marcas da escravidão tem influência até hoje na vida e no processo pessoal de inclusão dos afrodescendentes no Brasil. O fato do Estado brasileiro não ter se posicionado contra o racismo, é uma das causas para a imagem negativa até os dias atuais dos descendentes de africanos em nosso país e que impactam diretamente no tipo de relações que se construíram em nossa sociedade entre brancos e não brancos e no papel que são reservados às pessoas não brancas e as formas de as tratá-las.

Assim registra Tenório (2009, p.32)

Incapacitados que foram, à anuência da sociedade, as pessoas negras vivem sob o estigma da cor. O estigma é definido como sendo a situação de alguém que, por apresentar determinados sinais ou atributos naturais, está inabilitada para a aceitação social plena.

As marcas dos estigmas negativos que ficaram sobre a imagem do negro, não só foram usadas para determinar negativamente a imagem do sujeito negro como também para reduzir suas chances de vida social.

Os negros ao chegarem ao Brasil, eram proibidos de falar em suas línguas maternas. Com isso acontecia não só o aniquilamento como a desvalorização de suas origens, cultura e língua, como também o início da negação severa do seu próprio eu. “O colonizador destituiu os escravizados africanos de sua cultura, desestabilizou-os moral e psiquicamente, deixando-os sem raízes, na tentativa de melhor dominá-los e explorá-los” (TENÓRIO, 2009, p.23).

Assim confirma Fanon (2008 p.34) “Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de

sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”.

Ou seja, o ato de inferiorizar uma língua, uma cultura contribui de modo significativo para exterminar as origens de um povo. Isso aconteceu com os africanos que foram trazidos para o Brasil para serem escravizados e desta forma começava o processo da sua própria negação, pois língua e cultura significam poder.

Reconhecer o protagonismo dos africanos - povos trazidos de vários lugares da África dentre eles Moçambique, Angola e vários outros– na construção do nosso país e do povo brasileiro é de suma importância para se construir relações de igualdade e respeito entre estes povos responsáveis pela formação do povo brasileiro.

A ausência de manifestações de reconhecimento e valorização dos negros e da sua importância em todos os níveis de participação na conformação do estado brasileiro é responsável, em grande parte, pela extrema desigualdade social que assola essa população. (TENÓRIO, 2018, p.41)

Duas imagens foram criadas em nosso país: uma do “ser negro” e outra do “ser branco”. Por isso temos dificuldades em compreender quando ouvimos falar de “raça”. O termo nos causa diversas reações, pois fazemos uma ligação com o racismo que nos direciona a um passado negativo e vários estereótipos que foram criados, referentes ao sujeito negro. E ao falarmos sobre o termo “raça”, segundo Gomes (2005) algo que é necessário, é preciso ficar atentos sobre quem está falando e em que sentido se refere ao mesmo.

Por isto se torna tão difícil discutir a questão racial no Brasil. Logo ouvimos várias falas onde as mesmas expressam racismo e estereótipos criados e vinculados à imagem do negro. “[...] aparência física para determiná-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “emotivos”. Com certeza, são reprováveis tais, comparações, todavia, elas existem e estão presente em nossa sociedade (GOMES,2005).

[...] Mas, é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em *raça*, quem fala e quando fala. [...] Ao ouvirmos alguém se referir ao termo *raça* para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge (GOMES, 2005, p.45).

Isto porque é preciso que fique cada vez mais definido que não existem raças humanas. O termo empregado por alguns intelectuais é para dar sentido político a começar por analisar o racismo estrutural existente em nosso país considerando o processo histórico do negro que este nos reporta. Vários outros intelectuais utilizam o termo étnico-racial e assim demonstram e valorizam as inúmeras diferenças que englobam questões históricas e identitárias do negro brasileiro.

Para Munanga (2019, p.118) as palavras *negro*, *branco*, *mestiço* e *indígena* não tem significado para o termo *raça*. Entretanto, são usadas para representar traços corporais diferentes entre grupos e populações. As diferenças existem. “[...] Não vamos negar que essas diferenças somáticas existem.” Porém, enquanto os sujeitos continuam recebendo uma educação racista, os pensamentos discriminatórios em nosso país sempre existirão.

Neste sentido Gomes (2005, p.49) registra:

[...] É preciso ensinar para os (as) nosso (as) filhos (as), nossos alunos(as) para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade.

Para Almeida (2019) o termo *raça* está ligado a uma concepção histórica e não é um termo inerte, por isso, por trás desse termo sempre existe uma questão de conflito, poder e decisão. Para o autor a história da *raça* ou *raças* é também a história da construção das sociedades contemporâneas.

Segundo Munanga (2019), as questões políticas, sociais, culturais e históricas são consideradas, atualmente, como cruciais para que o racismo ainda exista em pleno século XXI e não mais questões biológicas do século passado. Apesar de estar comprovado cientificamente que raça humana não existe, não foi e não é o suficiente para que o racismo desapareça imediatamente como uma “mágica”.

Segundo o autor, apesar das diferenças biológicas e culturais existirem, elas não podem ser aceitáveis como discriminação entre os seres humanos. A concepção de raça é um aspecto político e relevante que é usado naturalmente para certificar as desigualdades, a segregação e o extermínio dos grupos considerados minoritários sociologicamente:

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*. Preconceito, racismo e discriminação (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Neste aspecto vale citar o pensamento de Gomes (2005, p. 49), ao afirmar que o “as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico”. E no meio cultural e social em que vivemos, vamos aprendendo a ver as *raças* quase como algo natural, mas não o é. Como sujeitos em formação, é o meio social que nos faz enxergar negros e brancos diferentes. Essa forma de ver o outro como diferente vai se internalizando em nós de forma bem extensa e constituindo a nossa subjetividade.

Aprendemos na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. [...] O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. (GOMES, 2005, p. 49)

As diferenças estão no nosso cotidiano e segundo a autora, o grande problema é que nos deixamos levar por essa cultura da separação e da classificação. Assim, vamos corroborando com a ideia de hierarquização e, “tratando

as diferenças de forma desigual”. Continuando, de acordo com a autora, desde muito cedo somos estimulados a observar as diferenças e as semelhanças tais como: cabelo, pele, olhos, a fala entre outros e nos imergimos “[...] em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiura, inferioridade e superioridade” (GOMES, 2005, p.51). É desta forma que vamos mergulhando no mundo das diferenças que dita e classifica as regras como: perfeito e imperfeito, beleza e feiura, superior e inferior e esquecemos que cada sujeito tem suas características e diferentes processos históricos.

Se usarmos estes termos em relação à população negra, segundo a autora, estaremos, não só reforçando o racismo como contribuindo diretamente com o conceito biológico de raça, o que é repudiado pela antropologia e a sociologia.

Isto porque, como já pudemos perceber, para Gomes (2005), a palavra “raça” pode produzir sentidos diferentes desde o modo e o contexto em que a mesma é usada. Para cada contexto um sentido e uma reação diferente na resposta referente à pergunta “o que é raça?” as pessoas nem sempre estão prontas para falar sobre o tema por isso as diferentes reações desde agressividade a de não falar sobre o assunto. Devido às relações que foram definidas entre negros e brancos no Brasil, a pergunta dependerá do contexto que é feita. Para que não haja uma reação negativa sobre a pergunta, é preciso não somente ser compreendida, como também interpretada melhor por nós sobre as questões étnico/racial do sujeito questionado.

Essa reação tão diversa em relação ao uso do termo “raça” para nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras deve-se, também, ao fato de que a “raça” nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país. (GOMES, 2005, p.45).

Continuando, falar sobre “raça” sempre causou e causa polêmica tanto nas falas entre pessoas de senso comum como em particular nas áreas das Ciências Sociais. O termo *raça* mesmo sendo usado pela antropologia como um meio de subsídios entre negros e brancos no Brasil, para a autora esse termo consegue demonstrar com êxito a segregação referente ao negro e que a cor da pele atinge diretamente esse sujeito na sociedade.



Conforme analisa (GOMES, 2005 p.47)

[...] Esses profissionais entendem a importância do uso de outros termos para falar do pertencimento racial do brasileiro como, por exemplo, o termo *etnia*, mas também discutem que, no caso dos negros brasileiros, substituir o termo *raça* por *etnia* não resolve, na prática, o racismo que existe e nem altera a compreensão intelectual do racismo em nosso país. Por isso, esses pesquisadores e militantes, ao falar sobre o negro brasileiro, ainda adotam o termo *raça*, porém com outro sentido e com outro significado.

De acordo com a autora, o termo *etnia* foi utilizado em um momento em que o racismo acompanhado da ideia de *raça* em termos biológicos, do mesmo modo, foi compreendido como inconcebíveis e que os mesmos não poderia ser usados para determinar grupos diferentes. Ao contrário, que os indivíduos são marcados por processos históricos, sociais e culturais e não pode ser determinado pelo fator hereditário.

Para além de todas estas questões, segundo esta importante autora discutir a questão racial no Brasil, é também uma questão de humanidade. Não é algo específico das pessoas negras ou indígenas por exemplo, mas sim é uma questão que diz respeito a toda a sociedade brasileira. É também uma questão política, social e cultural. Negros, brancos e outros grupos de diferentes *etnias*, precisam alargar as reflexões sobre esta questão que também é mundial.

O silenciamento sobre estas questões é muito preocupante, uma vez que o silêncio é um grande colaborador e reforçador do racismo e da discriminação. Precisamos falar dessa questão racial. Falar pra que seja possível, um dia, quem sabe, superar todas as barreiras. Quando trazemos reflexões sobre racismo em nossa família, grupos de amigos, escolas, universidades e outros lugares, não estaremos reforçando ou provocando discussões entre as pessoas. Pelo contrário, a existência do racismo, do preconceito e da desigualdade racial, é reforçada pelo silêncio, isto porque:

[...] A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p.46)

Precisamos refletir sobre esta situação, não somente como sujeitos em nossos espaços individuais, mas enquanto sociedade, promovendo discussões de amplo debate coletivo. Pois é impossível construir políticas públicas que proporcionam direitos igualitários para negros e brancos enquanto estivermos colaborando e reproduzindo o racismo e a inferioridade (GOMES, 2005).

Na ampliação destes debates, vale a pena lembrar o que nos lembra Munanga (2004) de que é preciso enfrentar a questão da discriminação racial desde o início e, neste sentido, precisamos tornar visível aquilo que parece ser invisível, uma vez que o que está em discussão é a alienação da própria identidade e subjetividade das pessoas negras.

Lembrando Gonçalves (2004) ao formular o parecer às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é preciso reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil. É preciso fazer surgir as dores, as inseguranças e os medos. Compreender esse processo e o porquê do sucesso de vários contribui com a desigualdade de outros. Somente assim é possível decidirmos que tipo de sociedade queremos e estamos construindo: “[...] é preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente” (GONSALVES, 2004, p.5).

Segundo Gomes (2005), enquanto nós como sociedade, instituição escolar e poder público insistir em negar o racismo presente em nosso meio, mas ele será difundido e invadirá não só as mentalidades como também as subjetividades sociais dos negros e negras brasileiros, pois:

O abismo racial entre brancos e negros no Brasil existe de fato. As pesquisas científicas e as recentes estatística oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de, vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país (GOMES, 2005, p.47).

Ainda de acordo a autora, o negacionismo do racismo em nosso país é fruto de um alicerce racista - visitado lá atrás por nós neste trabalho. Este só corrobora não só com a desigualdade, como também com a exclusão social e econômica e, em particular, com a exclusão da população negra de muitos bens e serviços sociais. Precisamos não só lutar contra o racismo, mas nos reeducar. “[...]”

precisamos no re-educar a nós mesmos, as nossas famílias, as nossas escolas, às e os profissionais de educação e a sociedade como todo” (GOMES, 2005, p.49).

Assim, com essas reflexões sobre as questões raciais no Brasil, na próxima seção iremos refletir sobre a constituição da identidade negra. Seguindo o conselho de Gomes (2005), é preciso pesquisar, para compreendermos todo esse processo histórico, cultural e possamos ter orgulho da nossa ancestralidade africana no Brasil.

## 2. A Constituição da Identidade Negra no Brasil

Neste segundo capítulo objetivamos fazer uma breve discursão sobre trajetória do negro no Brasil, as lutas travadas durante o seu processo identitário. Por meio dessas reflexões compreender sobre esse processo longo e doloroso que levou o negro a negar a sua própria identidade para ser aceito numa sociedade que exigia e exige padrões brancos.

Após terem ganhado a liberdade, o negro percebeu que haveria de travar uma segunda luta, pois os mesmos eram visto como ex-escravos, porém com os mesmos olhares de preconceito e racismo que permeava com fervor e conduzia a sociedade brasileira. No pós-abolição os negros com rapidez não só perceberam que precisariam criar novos meios para melhorar a sua posição social, como também conseguir uma mobilidade visando assim vencer a condição de separado ou miseráveis (Santos, 2005, Apud Fernandes, 1978).

Mesmo desassociado da sociedade escravocrata, a inferioridade sobre o negro continuou por muito tempo e hoje é regida pela sociedade capitalista e competitiva. A condição de liberto do negro é o contrário da liberdade por eles esperada. Os mesmos continuavam aprisionados aos regimes dos brancos que se permaneciam autoritários e os negros eram visto como – dócil e submisso (Sousa 1983 p.20).

Vejamos o que escreve Sousa (1983, p. 22)

Herança da sociedade escravocrata, a desigualdade racial, que colocava o negro a reboque das populações nacionais, era preservada e reforçada pelo preconceito de cor que funcionava como mantenedora da hegemonia branca nas relações interraciais.

Essa herança da desigualdade existente em nosso país, nos leva a refletir até aqui sobre a luta pela liberdade que os negros travaram essa que vai para além do trabalho escravo. O negro mesmo livre continuou e continua sendo visto como inferior. É possível identificar que a luta pelo reconhecimento como sujeito ativo na sociedade seria ainda maior.

O livro *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social*, de Neuza Santos, relata a trajetória do ser negro no processo de reconhecimento da sua própria identidade que muitas vezes é marcado pela

negação do seu eu. Na obra a autora realiza uma reflexão sobre a experiência emocional do negro que ainda “responde positivamente ao apelo da ascensão social”.

Ao analisar as palavras do cientista social Jacques d’Adesky (2001), Gomes (2005) ressalta a importância de se compreender que a identidade é construída na interação com o outro. Assim, o diálogo faz parte da construção identitária de qualquer sujeito. Somos seres em construção e sociáveis e, por isso, é inviável constituir-se isoladamente. Esse processo dialético é importante e faz parte de qualquer construção identitária e tal entendimento é importante de se ter em mente ao se buscar compreender o processo de constituição da identidade negra.

Em sua pesquisa Gomes (2005) escreve que, toda sociedade tem seu processo histórico, político e social diferente uma da outra, desse modo à constituição identitária, abrange níveis, para além dos culturais.

Assim registra Gomes (2005, p.41)

Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade.

Assim a identidade não pode ser considerada como algo que já nasce com o indivíduo, mas antes de tudo, uma construção social que se faz nas relações experienciadas com o/a outro/a.

Ainda de acordo com a autora, no processo de construção identitária negra dois fatores fundamentais devem ser considerados são: os fatores pessoais e sociais. Eles sempre estão ligados e não podemos desconsiderar que os mesmos fazem parte da construção da vida social do negro.

Ainda de acordo com a autora, na conquista da ascensão social o negro paga o preço ao ter sua identidade massacrada, toma o branco como modelo e torna este como a única possibilidade de “tornar-se gente” (SOUZA, 1983 p.18).

Sem representatividade, teoriza Sousa (1983), o negro é sujeitado a assimilar-se ao branco para chegar ao Ideal do Ego. A procura do Ideal do Ego leva o negro à idealização de um modelo que ele procura no branco. A procura por esse modelo ideal, atinge o psíquico do indivíduo, pois este tem dificuldades de encontrar

na sua própria cultura algo capaz de fazê-lo feliz internamente. A não aceitação do eu, é visível nos dias atuais, pois muitas pessoas negras ainda procuram nas pessoas brancas o modelo ideal para atender as exigências de uma sociedade seletiva e branca, levando-as à perda da própria identidade.

Continuando a ideia da autora, os estigmas criados referentes ao negro que vem desde o período abolicionista e ainda estão presente nos dias atuais, marcam a vida do negro como um desprovido de conhecimentos e de valores sociais e humano. Neste aspecto, a ausência da representatividade negra em vários espaços sociais colabora, ainda mais, negativamente, na constituição da identidade desses sujeitos.

Segundo Gomes (2005), a identidade negra é algo próprio do sujeito um modo pessoal de cada um, porém é de grande relevância as relações em grupos sociais. Portanto, construir uma identidade negra positiva numa sociedade que tem sua história marcada por um passado escravocrata, e que desde o início ensinou o negro a negar o próprio eu, torna-se um grande desafio enfrentado pelos negros e negras do Brasil, defende a autora. Esse desafio se torna grande já que em todo o nosso processo histórico foram e são submetidos à cultura branca para serem aceitos na sociedade.

Segundo Garcia (2007), Após a abolição da escravidão no Brasil, surgiu uma nova questão: como ficaria a fronteira racial já estabelecida como de costume? Uma coisa era certa, os brancos mesmo nascido na extrema pobreza continuariam sendo brancos, descendentes de europeus e ocupariam os melhores lugares na sociedade. Esses, mesmos considerados miseráveis se recusavam a realizar os trabalhos chamados “serviço de preto”.

Ainda de acordo com a autora, outra grande questão seria: o que aconteceria com os que traziam consigo “a marca da escravidão”? Para a autora essa resposta é de suma importância para que possamos compreender os vários aspectos do racismo até nos dias atuais e evidentes em todas as pesquisas realizadas.

Para Munanga (2019) com o fim do período de escravidão surgia um novo grupo de cidadãos: os “ex-escravos” este levou os pensadores brasileiros a uma interrogação de fundamental importância no que diz respeito a construção de uma nacionalidade e da sua identidade. Visto que todos os componentes de formação e estrutura psicológica continuavam ligados ao passado escravocrata e que via o negro apenas como força animal de trabalho continuava o mesmo. Essa

preocupação vinda da alta sociedade seria o resultado da herança de inferioridade trazida pelos negros durante o processo de formação identitária. E desta forma o processo identitário do negro no Brasil sempre foi e é muito doloroso. Isto porque, no Brasil, nunca foi tranquilo se definir quem é negro. O país foi envolto na cultura do branqueamento e essa ideologia tornou-se desejo de muitos e foi absorvida por várias pessoas causando assim uma não aceitação do próprio negro quanto à sua ancestralidade e cor da pele.

Aos negros nada além da liberdade foi lhes concedido. Nas áreas rurais de plantações de café e de cana, eles sempre foram maioria. Quando não conseguiam manterem-se nesses lugares trabalhando, era imposto a saída daquela região. Assim acontecia uma redução na população negra em alguns locais (GARCIA, 2007, p.30).

Segunda a análise de Garcia (2007), as pessoas que tinham origem da miscigenação e chamados “pessoas de cor”, se agrupavam com outros de origens diferentes e formavam um grupo bem diversificado. Esses grupos sofriam vários ataques, humilhações, opressões entre outros desrespeitos, ainda assim, era preferível a os que foram escravizados.

Garcia (2007) nos aponta que, após abolição houve uma distinção entre os nascidos livres e os libertos. Em 1890, essa individualização cresceu e foi estipulada como: “libertos” e “nascidos livres” os “cidadãos brasileiros.” Os libertos eram os ex-escravos - os definidos como “nascidos livres” mesmo “de cor”, porém livres, buscavam conquistar seus direitos de “cidadãos” apoiando-se nessa distinção e estes vão se relacionando cada vez mais aos brancos.

Criou-se um mito referente ao indivíduo negro e esse mito tem estrutura e é bem organizado. O mito da inferioridade, dos espaços ocupados e vividos pelo negro - este que é disseminado através da história e que faz os mesmos se transformarem em uma particularidade. Como um instrumento de ideologia “o mito é um efeito social” que se forma para ocultar certas relações de poder na sociedade. “[...] É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em ‘natureza’” (SOUZA, 1983, p.25).

Segunda Garcia, (2007), debater sobre a questão de quem é negro no Brasil, é fundamental. A falta de debates vem contribuindo com a reprodução da desigualdade efetivamente. Neste sentido, é importante que se realizem pesquisas mais detalhadas sobre as circunstâncias sociais, econômica e pessoais do povo

negro com o intuito de esclarecer e não de confundir a fim de criarmos uma consciência melhor sobre o que é ser negro na contemporaneidade.

Sintetizando, é na esfera cultural e histórica que as identidades sociais são formadas. As diversas identidades existentes em nossa sociedade são constituídas a partir do contexto em que os sujeitos estão inseridos. Essas várias facetas identitárias que colaboram com a constituição do sujeito. Reconhecer-se pertencente a um grupo vai além do vínculo. Trata-se da gestação de um sentimento de pertença e de quais respostas o sujeito dará para os vários questionamentos em que é exposto, daí a importância de uma boa inserção na sociedade em termos da não invisibilidade.

Para Gomes (2005), a constituição da identidade representa, pois, um processo histórico, social e cultural. Por isso que, pensar sobre a constituição da identidade negra requer um olhar minucioso, nas diversas instituições em que nós como sujeitos nos inserimos ao longo de nossas vidas e que possui um papel fundamental na constituição de nossas identidades.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, 2003, p.171).

Em outra pesquisa Gomes (2005) analisa que, o papel da família assim como das instituições educacionais, é de fundamental importância na constituição da identidade negra desse indivíduo que ao chegar a certa idade na vida, precisará sair para outro convívio social e deparar-se-á com todas as barreiras que já lhe estão expostas pela sociedade. Internalizar nesse indivíduo a importância de que é um sujeito de direitos e valores, ajudará o mesmo nesse segundo momento e etapa da sua vida social.

Segundo Sousa (2005), é preciso superar as marcas das diferenças que começam em casa, uma vez que basta ser filho de pai ou mãe branca, para que o negro carregue consigo este peso que é colocada pela própria família. Assim o negro desenvolve o sentimento de inferioridade desde cedo. Marcas estas que



poderão se propagar de forma mais ou menos acentuada a depender das relações que estes indivíduos negros vierem a estabelecer nas próximas instituições com as quais irá se deparar vida afora.

Neste aspecto, nosso olhar se direcionará, nesta oportunidade, para pensar o papel da escola a partir da reflexão do que os autores e as autoras estudiosos desta temática têm a nos destacar.

### **3. O Papel da Escola na constituição da identidade positiva das pessoas negras**

Na nossa sociedade, a escola é uma instituição social que cumpre um papel cultural de extrema relevância. Refletir, pois, sobre a sua contribuição na constituição de uma identidade negra positiva torna-se de fundamental importância para as reflexões que pretendemos desenvolver ao longo deste capítulo.

Em nosso país, somos regidos pela Constituição Federal de 1998. Nesta Legislação que é a lei maior da nossa federação, estão contidos os direitos de todos os cidadãos brasileiros e destaca a educação como um direito para todos, a despeito da sua pertença racial.

O Art. 206 destaca que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

Ainda de acordo com o documento, a educação é dever do Estado e da família e a mesma será estimulada, juntamente, com a participação da sociedade para o bom progresso do indivíduo.

Neste sentido, todos nós, enquanto cidadãos brasileiros e, principalmente, como profissionais da educação, têm o compromisso e a responsabilidade de fazer com que todos os sujeitos se sintam incluídos e envolvidos neste processo educacional. Por isso, a instituição escola, é de fundamental importância na vida do sujeito e não pode ser vista ou considerada como um lugar qualquer.

Sobre a importância da escola, inclusive para a formação em direitos humanos, assim registra Garcia, (2005, p.45):

A escola é considerada o *locus* privilegiado para a educação em direitos humanos, porque nela se dá a formação por meio da transmissão cultural. Nesse sentido, valores e hábitos se perpetuam extrapolando o ambiente escolar e influenciando a convivência social, no seu sentido mais amplo.

É nela que acontece processos da formação dos indivíduos por meio da transmissão de cultura. Entretanto, também, é vista como um local onde valores dominantes da sociedade são reproduzidos, tornando-se um cenário de diversos conflitos que refletem a complexidade vivida por toda a sociedade, segundo Garcia, 2005.

Ela é cenário onde o preconceito de toda ordem inclusive os raciais são manifestados, inclusive alimentados pela vivência do negro e práticas existentes preconceituosas contra as pessoas negras e não combatidas por aqueles e aquelas que tem a responsabilidade social na formação desse sujeito.

Ferreira (2005, p.212) nos lembra que as práticas sociais vivenciadas nas famílias, na igreja, no campo dos esportes, das artes e outros espaços coletivos da sociedade são responsáveis pela socialização de nossas origens afro-brasileira e indígena. Para o autor, é daí que se dá o “choque e a contradição com os valores perpetrados pela escola e pelos agentes reprodutores do sistema de ensino que nossas crianças e jovens – na maioria das vezes – não têm condições de compreender em sua gênese histórica e na atualização cotidiana”.

Assim registra Ferreira, (2005, p.213):

No âmbito da escola e das práticas escolares formais se impõem “goela abaixo” os valores branco-ocidentais como “valores universais” a serem incorporados, assimilados, cumpridos e não questionados. Os outros valores são apresentados, no mínimo, como pertencentes a alguma pré-história da “evolução branco-ocidental”, portanto, “exóticos e primitivos.” Assim se dá a dinâmica perversa que inclui o preconceito naquele que é vítima do próprio preconceito.

Segundo Gomes (2003), ao pensarmos na escola como um ambiente essencial e formativo, devemos compreender que ela vai para além de “normas, currículo, projetos, regimentos, projetos, provas, teste e conteúdo.” E é por isso que, segundo a autora, é necessário considerar esta instituição, como um ambiente que contribui de modo significativo na constituição da identidade negra. No entendimento dela, tal espaço pode, tanto potencializar as identidades negras, quanto estigmatizá-las e segregar e negar a cultura negra, a depender da forma como venha a atuar: “[...] o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar

identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segrega-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2003, p.147).

Cavaleiro (2005), em suas pesquisas, constata, que o cotidiano das escolas tem sido marcado pelo racismo e tratado com negligência pelas pessoas adultas. Pessoas que deveriam se responsabilizar pelo espaço educacional. Isso só colabora com a discriminação e a legitimação dos dominadores brancos. Dessa forma, a rotina escolar é grifada, segundo ela, por práticas discriminatórias o que colabora para que as pessoas negras passem a construir identidades estereotipadas – negativizadas – o que acentua a hierarquização das relações:

[...] O cotidiano escolar apresenta-se, desse modo, marcado por práticas discriminatórias que condicionam a percepção negativa das possibilidades intelectuais de negros (as) e propicia, ao longo dos anos, a formação de indivíduos – brancos e negros – com fortes idéias e comportamentos hierarquicamente racializados (CAVALLEIRO e BOTELHO, 1998, p.70)

Não apenas os negros constroem uma imagem negativa de si, como os brancos também, aprendem na escola e por meio dela, a discriminar e a negarem as identidades negras.

Segundo Cavaleiro (2005), o rotineiro currículo escolar e o material didático são limitados e desfavoráveis à aprendizagem dos e das alunas. Diretamente ou indiretamente, os episódios de diferenciados tratamentos que ocorrem dentro da instituição escolar, corroboram com a exclusão desses (as) alunas. Para os que continuam lá, desenvolve um sentimento não só de inapropriação ao meio, como também de inferioridade racial.

Aspectos do cotidiano escolar como currículo, material didático e relações interpessoais são hostis e limitadores de aprendizagem para os(as) alunos(as) negros(as). Nesses espaços, as ocorrências de tratamentos diferenciados podem conduzir, direta ou indiretamente, à exclusão deles(as) da escola, ou ainda, para os(as) que lá permanecem, à construção de um sentimento de inadequação ao sistema escolar e inferioridade racial (CAVALLEIRO, 2005, p.68)

Ainda de acordo com a autora, o baixo nível de escolaridade da população negra, é resultado dessa educação que discrimina e contribui para manter o negro excluído do mercado de trabalho e essa prática tem aumentado cada vez mais na contemporaneidade.

Ainda de acordo com Munanga (2004), é possível pensar políticas para se resolver a desigualdade social. É preciso planejar ações políticas para que de fato haja uma solução ou a desigualdade social que existe há mais de quatrocentos anos vai continuar perpetuando em nosso país.

Em relação à educação ofertada à população negra, Garcia (2005) afirma que é de muita necessidade se pensar uma vez que as diferenças são discrepantes entre a oferta educacional oportunizada às populações menos favorecida e, em especial, à população negra e a educação ofertada aos brancos. Com relação à temática a autora chama a atenção: “o negro na História da Educação no Brasil ou uma História da Educação específica para branco brasileiro?” (GARCIA, 2007, p.34). Por isso a importância de pensarmos sobre a questão.

Segundo Garcia (2005) a educação do nosso país trazida pelos Jesuítas foi uma educação que se importava apenas pela transmissão de conhecimentos. No sistema escravocrata, era proibida a presença dos escravizados nas escolas. Dos negros que a podiam frequentar, apenas aqueles libertos e protegidos pelos seus antigos senhores que lhes custeavam os recursos para frequentá-las.

Para Santos (2005), os negros compreenderam que sem educação formal dificilmente poderiam ascender socialmente, ou seja, obter mobilidade vertical individualmente ou coletivamente, numa sociedade em pleno processo de modernização. O que levou a autora concluir que, visando ascenderem socialmente, a busca pela educação após a abolição, foi o passo mais correto, porém, não foi e parece não ser o suficiente até os dias atuais. “Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panaceia para os negros brasileiros” (SANTOS, 2005, p.22).

Garcia (2005), afirma da importância em nos aprofundarmos sobre a história da educação do negro brasileiro. Ela nos fará aprender sobre as várias formas de escolarização ofertada a esta parcela da população brasileira, suas diferenças e o propósito desses espaços, dando-nos, inclusive, condições de tornar visível a imagem corrompida que se criou sobre o negro, bem como dar visibilidade à desigualdade social e racial existente.

Nesta análise é necessária uma investigação sólida, científica e rigorosa considerando o local escolástico e seus diferentes contextos na sociedade no sentido de compreender este espaço escolar reservado ao negro ao longo da

história da educação brasileira em relação à sociedade, marcado por conflitos históricos que influem o sujeito aluno em sala de aula (GARCIA, 2005).

É preciso questionar a escola que sempre privilegiara os brancos em detrimento dos negros e que sempre fora marcada como um campo de interesses: os brancos foram privilegiados e os negros em desvantagem. “Assim, busca-se indagar como e por que o conhecimento foi construído de forma a beneficiar os brancos em detrimento dos negros” (GARCIA, 2007, p.46). Ainda de acordo com a autora, a escola é vista como um conjunto de multiplicidade de relações sociais e por essa razão, é um local de diversos saberes que devem ser apropriados. E apropriados por todos: brancos e não-brancos. Caso não ocorra, é motivo para preocupações e questionamentos.

Lembrando que no parecer 003 às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a relatora, a professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves lembra que os sistemas de ensino e os estabelecimentos escolares devem converter as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas:

Assim sendo, sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais (GONÇALVES, 2004, p. 4).

E no mesmo parecer, Gonçalves (2004) lembra que é, também, papel dos sistemas de ensino, das instituições escolares e dos professores e das professoras assumirem e trabalharem os seguintes princípios, dentre outros, com vista a romper coma às imagens negativas contra o negro e os outros povos que constituem a nação brasileira:

[...] a compreensão que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e

história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;

[...] à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos (GONÇALVES, p. 9).

Esta compreensão e desconstrução é de suma importância. Uma grande pesquisadora: Cavalleiro (2005), tem concluído pelas suas pesquisas que as práticas racistas e discriminatórias estão presentes no dia a dia de nossos sistemas educacionais. Assim como nas nossas outras instituições sociais: a Igreja, os meios de comunicação e a família, o nosso sistema educacional brasileiro está saturado de práxis racistas que levam a ações preconceituosas e discriminatórias. Essas práxis de preconceitos e discriminação além de prejudicar o progresso das crianças e adolescentes, afeta também o desempenho emocional e cognitivo das mesmas – logo, a formação de uma identidade positiva - que são tidas como diferentes e com maior ênfase os negros.

E para Gomes (2003 p.172), “Nesse percurso, os negros deparam-se, na escola com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua história, seu corpo e sua estética”. Olhares estes que se contradizem com os olhares que os próprios negros querem fazer de si próprios. Olhares que abalam com o emocional e o olhar sobre si próprio da sua vivência de negritude.

Para Gomes (2003, p. 174), o corpo “[...] localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos”. E este corpo negro tem sido motivo de manifestação de relações de poder, também no espaço escolar. Ele visto como um terreno social e de conflito, explorado nas relações de poder e dominação usado para especificar e hierarquizar os considerados diferentes.

O corpo também é considerado uma linguagem cultural e o cabelo é considerado como uma das partes principais como meio de comunicação. “Este caráter universal e particular do cabelo, atesta a sua importância como símbolo identitário.” (GOMES, 2003, p.174).

Isto me faz lembrar a minha própria história de vida. Eu já ouvi em sala de aula, “tira essa menina da frente ou vou tocar fogo no cabelo dela.” Hoje

compreendo essa frase claramente e como é o porquê das risadas também. Lembrei, também, que eu dormia a semana inteira com o cabelo preso e bem forte chegava a doer. Minha mãe dizia que era para não dar trabalho e não atrasar a saída para a escola.

Quando a autora diz que o corpo é uma linguagem e o que o cabelo foi escolhido como uma das partes principais, lembrei da primeira vez que minha mãe me mandou para um salão de beleza com uma amiga dela e eu fui toda feliz, pois iria alisar o cabelo. Ao chegar em casa, todos os meus irmãos sorriram de mim. Lembro-me muito bem desse dia e eu só sentia uma vontade enorme de chorar. Confesso que fiquei até triste, pois todos falavam que eu estava parecendo uma índia e, de fato, eu estava. A cabeleireira usou um produto que deixou meu cabelo bem liso e fez o corte com uma franja, pois era a moda: cabelo liso e com franja.

Hoje, eu entendo que minha mãe não fez por maldade, mas sim para facilitar o seu trabalho e para que eu não atrasasse no outro dia para a escola. Porém, tem a outra parte da história que continua sendo reproduzida até os dias atuais. Minha Mãe queria me encaixar nos padrões exigido por uma sociedade que classifica, hierarquiza e discrimina o diferente, conforme registra GOMES, 2003, p.174 em relação ao corpo negro:

[...] Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas.

O processo opressor do corpo negro faz parte da sua trajetória histórica ao longo da sua constituição. Ainda de acordo com autora, ao que se refere ao cabelo do sujeito negro, por exemplo, isto pode se transformar em importantes trabalhos pedagógicos que possa envolver alunos e alunas em sala de aula. Os possíveis debates são vários este pode levar para um conhecimento sobre a cultura e a história afro-brasileira. Segundo Gomes (2003) debater sobre as práticas corporais do negro, pode ser o um bom início de caminho para se falar das diferenças no espaço escolar.

Em um trabalho de pesquisa realizado, Cavalleiro (2005), teve como foco analisar as formas de racismo, discriminação racial e pluralismo cultural presente nas práticas educativas e no cotidiano de algumas escolas, em São Paulo. A



pesquisa foi realizada em três escolas públicas do ensino fundamental e teve como beneficiárias crianças negras e brancas.

Dentre outros objetivos, a autora buscou compreender as formas de interação, formais e informais, estabelecidas entre os atores escolares – adultos e crianças; negros e brancos e as práticas pedagógicas padrões de conduta que favoreciam ou dificultavam o pluralismo racial, social, cultural, bem como a valorização da diversidade racial no interior da escola. Em relação a isto, a autora chega as seguintes conclusões:

Foi identificado uma estrutura racista, assim como situações visíveis de preconceito e discriminação raciais onde a cor da pele e o pertencimento racial, direcionam as relações estabelecidas naquele ambiente, embora tais ações não foram explicitadas nas falas dos entrevistados, segundo a autora. Tais identificações foram percebidas nas falas dos profissionais de educação, dos familiares e das crianças. A autora ressalta que, tal percepção do racismo não é clara principalmente nas falas dos educadores.

Os discursos dos mesmos deixam evidente que existe uma fragilidade na percepção das diversidades existentes em nossa sociedade e do racismo e da discriminação que dela advém e que atinge o ambiente escolar no seu dia a dia. Da mesma forma, a consequência e os efeitos do racismo não são percebidos. Nas palavras da autora:

Mostra-se igualmente frágil a percepção sobre as consequências e os efeitos do racismo para os alunos que vivem cotidianamente a discriminação racial, seja nas relações com adultos, seja nas relações com as crianças; e dos efeitos de discriminação e preconceito sofisticados subsidiados pelo material didático e/ou paradidático (CAVALLEIRO, 2005, p. 98).

Segundo a mesma, tendo sido apurado nas falas dos profissionais de educação sobre a importância de um respeito igualitário entre as crianças, sem fazer distinção racial, quando se refere à história do negro, a mesma é divulgada como que obediência social. Enquanto ao grupo racial branco é “valorizado e disseminado por meio de referências de cultura e história europeia” (CAVALLEIRO, 2005, p.98).

Continuando o relato sobre a pesquisa de Cavalleiro (2005), no que se refere aos programas escolares, pelas falas dos educadores, há um desejo para que se fortaleça as relações raciais referente as adversidades e existe um empenho para avançar nas ações em relação ao outro. Porém, observou-se que, na realidade o

que continuava a ocorrer no cotidiano escolar, além das ideologias racistas, eram as práticas de discriminação direcionadas às crianças negras por ambas as partes: profissionais da educação e pelos próprios colegas.

De acordo com a autora, o trabalho escolar está cheio de regras de relações sociais. Todavia os sujeitos que fazem parte do processo educacional (professores, diretores e operacionais) são influenciados pela construção racial existente em nossa sociedade. E a autora conclui então que neste contexto:

- “A existência de racismo é negada.
- Não são reconhecidos os efeitos prejudiciais do racismo para os negros.
- Não são reconhecidos os aspectos negativos do racismo também para as pessoas brancas.
- Não se buscam estratégias para a participação positiva da criança negra, mesmo quando se reconhece a existência da discriminação no cotidiano escolar” (CAVALLEIRO, 2005, p. 98).

Segundo a autora, a maneira como são lidas e analisadas as questões sobre as relações raciais, é uma das causas que dificulta uma melhor compreensão do racismo, da discriminação e suas consequências na rotina escolar. E neste aspecto, tais relações apresentam-se firmadas no mito da democracia racial defendida por nossa sociedade, onde a mesma prega que não existe racismo em nosso país e que negros e brancos vivem em harmonia e tem possibilidades iguais para ascender socialmente.

No que diz respeito às crianças brancas e negras, a autora identificou que as mesmas compreendem que o preconceito e a discriminação racial referente às crianças negras e que é algo ruim e negativo e que não deveria ser cometido. Porém, as mesmas vivem sob os valores e padrões brancos e continuam a utilizar os mesmos padrões sociais para selecionar suas amigas, companhia e grupos no qual se identificam e afirmarão suas identidades. Leiamos:

[...] Portanto, as crianças negras presentes na escola vivem em seus relacionamentos um sistemático processo de discriminação racial, que opera de maneira negativa em seu processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento. Logo, considerando que a educação é base constitutiva na formação do ser humano e na defesa e na constituição dos outros direitos – como os econômicos, sociais e culturais –, tal processo educativo colabora para a submissão social do ser humano negro. (CAVALLEIRO, 2005, p.99).

Em relação à comunicação no ambiente escolar, as ações de discriminação e preconceitos ocorridas no local eram vistas, expostas e denunciadas. Porém a criança que sofre a discriminação, não sente segurança para se apoiar nos profissionais ali presentes. A autora conclui que, não existe registro de nenhuma prática de conflitos que tenha sido resolvido com diálogo entre os sujeitos praticantes dos mesmos.

Ainda de acordo com a autora, quando os profissionais da educação não percebem a existência do racismo no sistema educacional e na rotina escolar, é um dificultador para que estes desenvolvam ações pedagógicas nas relações interpessoais com os próprios alunos e com os outros. Deixando assim de realizar atividades que, não só valorize a população negra, mas que se combatam as práticas discriminatórias. Pois como registra a autora, a linguagem produz conhecimento:

Ao mesmo tempo, a linguagem como produtora de conhecimento, ao não apresentar de maneira sistemática e elaborada elementos da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, elimina não só a possibilidade de as crianças conhecerem tal história e cultura, como também leva à idéia de que não possuem importância, portanto sua ausência se torna normal, natural, a ponto de nem ser denunciada e desejada (CAVALLEIRO, 2005, p.99).

Continuando, conforme a autora, esse silenciamento torna-se um ciclo vicioso trazendo dificuldades de reflexões para as crianças não apenas sobre as relações raciais na rotina escolar, como também sobre sua própria pertença racial e formação de uma identidade sobre si mesmo que seja positiva.

A conclusão para Cavalleiro (2005) é que o ambiente escolar existente não só oprime como define a exclusão de crianças de modo organizado. Oprime, pois diferencia as relações entre outras crianças e exclui quando o silêncio prevalece mesmo diante de agressões vivenciadas no ambiente físico. O silêncio é tirano, eliminador e excludente – na afirmação da autora - e só demonstra a falta de interesse sobre um assunto que permeia o espaço da escola cotidianamente.

Para Munanga (2004), existem muito discursos para melhorar as escolas públicas e não públicas e que estão em pauta há muito tempo. E neste aspecto, traz um questionamento: “Mas o que fazer com a vítima?”. Nós sabemos muito bem quem são as vítimas destes silenciamento intermináveis. Não podemos ficar

parados esperando um milagre acontecer. Precisamos apresentar propostas e pressionar os poderes públicos para que cuidem da educação. E cuidem no sentido de prepará-las com os conteúdos adequados para o trabalho de respeito e conscientização para com a diversidade cultural do nosso país e para o respeito para com a população que compõe a maior parte da sociedade brasileira – a população negra.

Para Gonçalves (2004 p.6), as instituições não podem mais viver do imprevisto. É necessário que se faça a desconstrução da mentalidade racista e discriminatória que existente no espaço escolar para que seja possível superar o etnocentrismo europeu que persiste em se manter vivo até hoje em nossa sociedade. Para isso, é preciso desalienar os processos pedagógicos. Assim registra a autora:

[...] Tem que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, [...] desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

Para Gomes (2003), sobre a importância da formação de professores e professoras a ser ofertada pelos órgãos responsáveis, segundo a autora, esta formação precisa ser inicial e em serviço. Isto porque o papel da Escola na constituição da identidade positiva das pessoas negras segundo as autoras pesquisadas, Cavalleiro e Gomes, aponta para uma rotina escolar marcada por preconceito e racismo, os mesmos são explícitos e pouco debatidos pelos profissionais da educação. O silêncio escolar de acordo com Cavalleiro é opressor e excludente isso só revela a falta de interesse e da não importância que é dado para o assunto sobre as questões raciais pelas instituições escolares.

E isto não precisa ser assim. Gomes (2003) nos aponta que é possível trabalhar as questões raciais em sala de aula e que ela pode partir de uma temática como, por exemplo, o cabelo, que é uma questão bem atual do nosso cotidiano. De acordo com autora falar sobre as questões raciais pode colaborar para construção de novas práticas pedagógicas. “[...] A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos

docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro” (GOMES ,2003, p.176).

Por outro lado, e muito importante, a autora, também, faz questão de apontar algumas questões positivas que têm sido realizadas em algumas instituições públicas de ensino. Instituições que já estão ligados nas questões raciais e têm realizado trabalhos para desconstruir a imagem negativa estereotipada que se criou contra o negro. Os projetos realizados nessas instituições têm como objetivo a valorização da cultura negra.

Isto tem sido possível por conta do olhar criterioso por parte de alguns professores em sala de aula. Por conta deste olhar, tem sido possível descobrir, inclusive, segundo a autora, aquele ou aquela aluna que são considerados tímidos e quase não falam: alunos e alunas vítimas de preconceito e racismo.

Sem dúvida, Gomes defende a escola como um espaço que interfere na constituição da identidade negra. E neste sentido deve e pode valorizar a cultura negra e fazendo isto, estará contribuindo para construir identidades positivas.

Mesmo diante das práticas racistas existentes no ambiente escolar, os e as autoras pesquisadas nos aponta para um caminho possível para uma educação antirracista. É do conhecimento de todos os educadores/ras da existência da Lei 10.639/03, que reconhece a importância das lutas antirracistas e dos movimentos negros sociais bem como estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Porém, a Escola não pode ser única responsável em trabalhar sozinha esta questão, todavia seu papel é de fundamental importância nessa discussão por isso, nós enquanto profissionais da educação, temos o compromisso e a responsabilidade de não nos silenciar. “Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula” (GOMES, 2005, p.60).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de encerrar a discussão da temática proposta neste trabalho, compreendemos a importância de debater e refletir sobre temas caros, como a questão do negro em nossa sociedade. Realizar este trabalho nos possibilitou entender do processo doloroso da constituição da identidade negra, processo esse que reflete até hoje. Quatrocentos anos já se passaram e os estigmas sobre a pessoa do negro ainda estão presentes e forte no nosso meio.

O papel da Escola na constituição da identidade positiva das pessoas negras segundo os e as autoras pesquisadas, aponta para uma rotina escolar marcada por preconceito e racismo. Os mesmos são explícitos e pouco debatidos pelos e pelas profissionais da educação. O silêncio escolar de acordo com Cavalleiro, como vimos, é opressor e excludente e isso só revela a falta de interesse e da não importância que não é dado para o assunto sobre as questões raciais. Trazer a temática sobre as relações raciais e sobre a contribuição que a escola pode oferecer na construção de identidade negra positiva não é provocar discussão à toa, mas sim conscientizar a todas e todos, para que seja possível combater as formas discriminatórias em nossa sociedade e nos espaços escolares – principalmente, este que é um local de múltiplas relações.

Durante a pesquisa pude compreender que precisamos conhecer mais sobre o processo histórico dos negros e negras que foram trazidos à força para o Brasil pois até então a história conhecidas por muitos é que, nós negros somos descendentes de escravos. É preciso conhecer para podermos falar e trazer as questões raciais para debates principalmente nos ambientes escolares e acadêmicos.

Desenvolver esta pesquisa foi interessante do ponto de vista da relevância de que precisamos conhecer o processo histórico dos negros trazidos à força para o nosso país. Precisamos conhecer para podermos falar, trazer para o debate a temática sobre as questões raciais em nosso país, principalmente nos ambientes escolares – local onde se desenrola e se aprende muito preconceito. Nós, enquanto profissionais da educação, não podemos continuar com o silêncio que só colabora com a perpetuação do racismo velado em nosso meio e principalmente nos ambientes escolares.



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Goiás

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
GOIÁS

## Documento Digitalizado Público

### TCC Versão Final

**Assunto:** TCC Versão Final  
**Assinado por:** Matheus Souza  
**Tipo do Documento:** Documentos  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 18/10/2021 16:09:48.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/10/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 209471

**Código de Autenticação:** 1690b54100

